

Capital social como fator de desenvolvimento em rotas turísticas

Cláudia Brazil Marques¹
Carlos Honorato Schuch Santos²

Resumo

O artigo aborda, em termos gerais, a problemática da capacidade em agregar capital social e promover o desenvolvimento econômico em roteiros turísticos rurais. Avalia-se o turismo como uma atividade com capacidade de gerar capital social, em determinadas comunidades, na medida em que este se insere num conjunto de esforços (institucional, cultural, político e econômico) que buscam a viabilização de uma participação mais qualificada e coletiva por parte dos cidadãos promovendo assim o desenvolvimento local. Dessa forma, o objetivo da pesquisa foi analisar, medir e comparar os índices de capital social encontrado em duas rotas turísticas da Serra Gaúcha do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil (Rota Vale dos Vinhedos e Rota dos Caminhos de Pedra), a partir de informações preliminares, das quais uma havia sido uma experiência de sucesso e a outra de fracasso, considerando a intensidade de capital social sob a ótica de suas respectivas dimensões. Para tanto, foi realizado um estudo de caso múltiplo, a partir de um conjunto de parâmetros capazes de analisar as diversas dimensões, categorias e indicadores sugeridos pela metodologia QI – MCS (Questionário Integrado para Medir Capital Social). Os resultados obtidos com a realização do estudo apontam que a localidade que obteve sucesso na experiência de desenvolvimento tem maior intensidade de capital social, favorecendo as políticas e ações para geração do desenvolvimento local.

Palavras-chave: turismo, políticas públicas, desenvolvimento sustentável.

Abstract

SOCIAL CAPITAL AS FACTOR OF DEVELOPMENT IN TOURIST ROUTES. The article is a general discussion of problems concerning the capacity to add capital stock and promote economic development in agricultural tourist routes. It evaluates tourism as an activity that can generate capital stock, in certain communities, insofar as it is part of a set of efforts (institutional, cultural, political and economic) which seek to enable a more qualified and collective participation on the part of the citizens thus promoting local development. Hence, the objective of the research performed was to analyze, to measure and to compare the levels of capital stock of two tourist routes in the Serra Gaúcha (Valley of the Vineyards Route and the Stone Roads Route, in the mountains of the state of Rio Grande do Sul, Brazil), based on preliminary information indicating that one route had been a successful experience and the other a failure, considering the intensity of capital stock from the perspective of their respective dimensions. For this purpose, a multiple cases study was carried out, based on a set of parameters capable of analyzing the different dimensions, categories and indicators suggested by the QI-MCS (Integrated Questionnaire to Measure Capital Stock). The results indicate that the locality that was successful in the development experience had a greater intensity of capital stock, favoring policies and actions to generate local development.

Keywords: tourism, public policies, sustainable development.

Introdução

O fenômeno do turismo tem se intensificado durante as últimas décadas, como uma possibilidade de uma nova abordagem de desenvolvimento para determinadas regiões com potenciais turísticos. Com o advento da globalização dos mercados, a migração de capitais, a expansão tecnológica, o avanço da informatização e dos

meios de comunicação são algumas das novas premissas inexoráveis no novo ambiente que se descortina.

Em todo o mundo é possível observar exemplos de localidades, regiões que emergiram com robustez, apoiadas nos pilares da inovação das atividades econômicas alternativas, entre estas o turismo. Estas

¹ Doutorado em Desenvolvimento Regional- Universidade de Santa Cruz (UNISC). Rua Dr. Ortenberg, 199 apto. 402, Bairro:Verena- 96820-520 Santa Cruz do Sul RS, Brasil. cbmarque@yahoo.com.br

² Departamento de Administração da Universidade de Santa Cruz do Sul- UNISC. Curso de Administração. Av. Independência, 2293 - Bairro Universitário - Bloco 2 - Sala 205. 96815-900 Santa Cruz do Sul RS, Brasil.

localidades são aquelas que conseguiram entender melhor o que Ghemawat (2008) chama de “semiglobalização”, que está relacionada com a interação entre o local e o global. Com isto, a nova realidade que se perfila, baseada no modelo de produção capitalista e responsabilidade social, procura conceber o território de uma maneira abrangente

As localidades rurais, desta forma, podem-se tornar competitivas e buscar novos mercados através do desenvolvimento sustentado de seus produtos serviços. Ao mesmo tempo podem buscar novas formas de inserção de suas comunidades nos eixos produtivos.

A capacidade das localidades rurais de agregar ao seu negócio as atividades não-agrícolas, como é o caso do turismo, possibilita que elas, as localidades rurais, se integrem, cresçam e se desenvolvam. O turismo, mais que outras atividades não-agrícolas, conseguem inserir fortemente a população local no sistema produtivo, e, desta forma, criar condições de desenvolvimento regional, pois pode fornecer oportunidade de emprego e renda para muitas famílias.

Paralelamente, são os grupos locais os que podem identificar os seus problemas coletivos, avaliar alternativas e buscar soluções. Os grupos locais têm buscado solução em termos de infra-estrutura, e meio ambiente e, também, promovem programa para melhorar a educação, fortalecer a cultura local e produzir riqueza (Sancho & Tadini Jr, 2004).

Esse retorno do local não significa um desejo de fechamento autárquico por parte das populações interessadas. É, na verdade, uma reação às lógicas espaciais deslocadas da economia mundial contemporânea, que tendem a subordinar o local ao global e que permitem transformar, de forma perversa, o planejamento num instrumento indispensável à manutenção e ao agravamento do atraso dos países pobres, assim como ao agravamento ou à exacerbação de disparidades sociais. Essa nova alternativa o desejo de emancipação dessas populações pelo controle de seu próprio destino.

Para Locke, diz Dall’Acqua (2003), o que importa não é o número das associações, mas a forma como estas se relacionam entre si, atribuindo à “micropolítica” das regiões as chances de melhor ou pior desempenho econômico, complementando assim o pensamento de Putnam (1996) e reforçando a importância do conjunto dos atores coletivos.

Fukuyama (1995), afirma que as nações e regiões, em que o fator de cooperação é desenvolvido entre os atores locais, são as mais prósperas. Quando o livre

mercado, as regiões tornam-se melhor preparadas para formar cidadãos dispostos a trabalhar colaborativamente e organizadas para promover associações voluntárias entre suas instituições.

Este trabalho tem como objetivo apresentar duas experiências de desenvolvimento em rotas turísticas no meio rural, enfocando a questão de como as comunidades envolvidas agrega capital social, para atingirem o desenvolvimento econômico local. Em um primeiro momento, a partir de uma revisão preliminar de alguns “papers” sobre capital social, tenta-se lançar as primeiras interrogações acerca da importância deste conceito para compreender as estruturas de poder local e para analisar o desenvolvimento local em sua complexidade.

Trabalha-se com a hipótese de que o potencial analítico da categoria capital social tem duas colunas principais de sustentação que são: a) o conceito tem dimensões concomitantemente explicativas e avaliativas. Enquanto, através da definição de capital social, procura-se analisar o desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, valorar e avaliar a realidade social (por intermédio de exemplos e de metodologias de avaliação de projetos, de novos índices para medir o desenvolvimento local, de políticas públicas de reforço do capital social ou de intervenções sociais através de associações e entidades); b) em outro entendimento, tenta articular a dinâmica dos processos (valores, normas de confiança e participação) com a lógica dos resultados econômicos (desenvolvimento econômico).

Referencial teórico

A base teórica discute dois conceitos: capital social e desenvolvimento local. Com estes dois elementos discute-se a questão das rotas turísticas no meio rural.

Capital social

As discussões acerca da atribuição da autoria do termo “capital social” mostram os autores que deram vida ao tema. Hanifan (1916) define o capital social, já em 1916, como o conjunto dos elementos tangíveis que mais contam na vida quotidiana das pessoas, tais como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações sociais entre indivíduos e a família. Hanifan (1916) parte da idéia de que as redes sociais podem ter valor econômico. Algum tempo depois, Jane Jacobs, Glenn Loury, Pierre Bourdieu e Ekkehart Schlicht utilizam o termo e teorizam sobre a noção de capital social (Meda, 2002).

O capital social é, para Bourdieu (1980), o conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o indivíduo ou sua classe social. O capital social é propriedade do indivíduo e de um grupo. São concomitantemente, estoque e base de um processo de acumulação que permite as pessoas inicialmente bem dotadas e situadas de terem mais êxito na competição social. A idéia de capital social remete aos recursos resultantes da participação em redes de relações mais ou menos institucionalizadas. Entretanto, o capital social é considerado uma quase-propriedade do indivíduo, visto que propicia, acima de tudo, benefícios de ordem privada e individual (Bourdieu, 1980). O mesmo autor desenvolve o conceito de capital social em termos de estratégia de classe. O capital social tem, para ele, o caráter de instrumento (da mesma forma que o capital econômico ou o capital cultural) que utilizam atores racionais com vistas a manter ou reforçar seu estatuto e seu poder na sociedade.

Putnam (1996), por exemplo, salienta que, em uma comunidade ou uma sociedade abençoada por estoques significativos de capital social, redes sociais de compromisso cívico incitam a prática geral da reciprocidade e facilitam o surgimento da confiança mútua.

No campo da economia e, mais particularmente, da economia do desenvolvimento, praticamente todas as pesquisas mais recentes reconhecem a relevância, em diferentes graus, de fatores institucionais e sociais no desenvolvimento econômico (Monastério, 2000).

Passada a influência pujante das análises de Becker (1993), para quem o capital social seria toda interação social de efeito contínuo, diferente de comportamentos individuais atomizados e realizados fora do mercado, ou seja, uma externalidade que corrige imperfeições do mercado, muitos economistas renderam-se à obviedade da heteronomia do mercado capitalista na produção de desenvolvimento econômico e social. O mercado não geraria exclusivamente e por si próprio desenvolvimento, qualidade de vida, respeito dos direitos humanos.

Robinson (2002) definiu o capital social enquanto um conjunto de recursos a que um indivíduo ou um grupo tem acesso em função do fato de pertencer a uma rede de intercâmbio e relações mutuamente proveitosas. Aspectos desta estrutura social tais como relações, normas e confiança social, podem ajudar a desenvolver a coordenação de atividades e a cooperação em torno de projetos de benefício comum. Recursos aqui se referem a fatores, tais como estatuto, atenção, conhecimento,

bem como oportunidades para participar e comunicar. Não se referem simplesmente a conexões que dão acesso a recursos físicos e a informação. O capital social refere-se, então, à capacidade e à habilidade dos cidadãos de conectar-se (no inglês: *connectedness*). Redes de relações propiciam o fluxo e o intercâmbio de informações. Criam espaços nos quais a comunicação pode ter lugar, o que é uma função-chave para sistemas sociais ricos em capital social, uma vez que abrem acesso à informação e permitem que opiniões e conhecimentos sejam compartilhados. O sentimento de pertencer ao grupo (identidade de grupo) é fundamental na definição do capital social. Assim, pode-se passar de uma identidade baseada no conhecimento (*Cogito ergo sum*) a outra fundada no sentimento de pertencimento (*Cognatos ergo sum*).

Indo mais além, Fountain e Atkinson (1998) procuraram evidenciar como o capital social e práticas colaborativas impulsionam inovações, defendendo políticas públicas de estímulo ao engajamento participativo em redes regionais de colaboração. Entre suas propostas, está a concessão de incentivos fiscais para empresas empenhadas em práticas colaborativas de pesquisa e desenvolvimento, além da formação de alianças entre indústrias e, da mesma forma, delas com universidades e com entidades governamentais e da sociedade civil. Outra proposição centra-se na composição de redes de colaboração tecnológica entre, pequenas e médias empresas e universidades regionais para o desenvolvimento e o emprego de novas tecnologias. Lee, (2005) e Mandelbaum e Haber (2005) mostram, respectivamente, como a Coreia construiu e como a China está construindo estas redes de colaboração com a forte participação do Estado. Como conseqüência o que muitas vezes é chamado de globalização e, na verdade, deslocalização industrial e, desta forma, um grupo potencial para as economias centrais do Ocidente.

O capital social é um componente da teoria social que vem sendo considerado elemento chave para o desenvolvimento humano e econômico das comunidades. Muitas razões contribuem para o interesse no conceito: a valorização das relações sociais no campo social e econômico, as transformações da sociedade e do papel do Estado, a importância das relações em rede para melhorar o desempenho econômico e, por que não dizer, a necessidade de conceitos para identificar a complexidade humana (Macke, 2006).

Desenvolvimento local em rotas turísticas

O turismo em áreas rurais pode ser considerado um setor que vem crescendo significativamente, e está trazendo a oportunidade de empregos e empreendimentos que é de suma importância para o desenvolvimento de uma região. Além de ser considerada uma atividade que pode gerar um baixo impacto ambiental, é uma possibilidade de sustentação econômica e uma alternativa às economias das regiões onde as atividades tradicionais têm revelado seu esgotamento e se mostrado insuficientes para a manutenção das populações delas dependentes.

Segundo dados da Organização Mundial do Turismo (apud Dias, 2003), o turismo movimenta mais de US\$ 3,5 trilhões anualmente, bem como é considerado por vários órgãos de pesquisa, como um dos ramos de atividade comercial que mais cresce no mundo. É conhecido mundialmente pela grande capacidade de expansão de sua indústria, o que induz a uma fonte de geração de empregos e renda.

Durante a década de 1980, o turismo como atividade econômica foi amplamente criticada, por se tratar de uma indústria que trazia conseqüências irreversíveis tanto para a população local quanto para os ecossistemas. Como críticas a essa situação, surgiram novas propostas de alternativas ecologicamente mais benéficas para satisfazer as necessidades do turismo de massa: o chamado turismo rural, turismo vinícola e outros.

O turismo rural conquistou um lugar de importância na busca pela atuação no mercado. De acordo com a EMBRATUR (2008), enquanto o turismo de massa, representado principalmente pelas regiões litorâneas, cresce em média de 5% ao ano, o segmento que tem como atração principal os patrimônios naturais, históricos e culturais, cresce cerca de 20% ao ano. O turismo rural pode ser enquadrado nesta segunda categoria. O turismo rural pode, portanto, ser considerado como uma alternativa promissora para o aumento nos níveis de ocupação e ganho da população rural, devido não somente ao próprio setor, mas também às alternativas relacionadas ao turismo: como é o caso do comércio e de outros serviços, onde, na realidade, toda comunidade rural acaba se beneficiando devido às melhorias na infraestrutura e nos serviços públicos que são trazidos pela implantação das atividades turísticas (Campanhola & Silva, 1999).

A OMT, com base no informe Brundtland, define o desenvolvimento turístico sustentável como aquele que:

(...) atende às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro. Concebe-se como um caminho para a gestão de todos os recursos de forma que possam satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida (OMT apud Dias, p.68, 2003).

O desenvolvimento sustentável centra sua atenção para a relação dos homens com a natureza, preconizando a utilização racionalizada dos estoques de recursos naturais (NIJKAMP et al., 1990). A grande preocupação de seus estudiosos está voltada às gerações futuras e a necessidade de políticas que preconizem um desenvolvimento harmonioso e, prioritariamente, sustentável nos períodos posteriores (Guimarães, 1994).

O turismo tem a possibilidade de incorporar outras atividades econômicas ao meio rural. Tem sido uma estratégia adotada por vários países com vistas a manter o homem no campo, melhorando sua qualidade de vida por meio do aumento da renda, que passa a ser gerada com base em uma maior diversidade de atividades e funções, já que, esta é uma atividade que pode ser correlata à agricultura.

Na década de 1990, a principal questão relacionada ao desenvolvimento local foi tentar entender porque o nível de crescimento variava entre as diversas regiões e nações, mesmo elas dispoendo das mesmas condições na busca de fatores produtivos, como capital financeiro, mão-de-obra ou tecnologia. A solução seria procurar e encontrar, entre estes fatores, aqueles determinantes para o desenvolvimento da região. Neste caminho, a contribuição da teoria local foi identificar que fatores de produção atualmente são decisivos, tais como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições. Todos estes fatores são determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido. Por conseguinte, logo se concluiu que a região dotada destes fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado.

O desenvolvimento predominante na década de 1990 pôde então ser definido como:

(...) um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local elou a atração de excedentes

provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido (Amaral Filho, p. 37, 1996).

A economia do turismo proporciona uma forma de valorizar o território, pois ao mesmo tempo em que depende da gestão do espaço local e rural para o seu sucesso, conduz a que se tenha a proteção do meio ambiente e a conservação do patrimônio natural, histórico e cultural do meio rural. Constitui-se, assim, num instrumento de estímulo à gestão e ao uso sustentável do espaço local, que devem beneficiar, principalmente, a população local direta ou indiretamente envolvida com as atividades turísticas. (Silva et al., 2001).

O fenômeno Turismo Rural é emergente no cenário rural, englobando um conjunto de atividades tão diversas que se torna difícil abrangê-lo em definições que não sejam polêmicas. Contudo, se evidencia no meio rural uma atividade econômica que se distingue da atividade agrícola tradicional. O debate surgiu da própria indefinição da categoria do espaço rural, da inclusão e exclusão das atividades lúdicas, e vinculação ou não-vinculação com as atividades agrícolas. (Ruschmann, 2001).

Capital social e o desenvolvimento local em rota turística no meio rural

O desenvolvimento local utiliza como foco as argumentações sobre sustentabilidade para opor-se a questão do crescimento econômico pela visão capitalista, que pretendem irradiar apenas o progresso e o acúmulo do capital a partir do privilégio de alguns ou de um local apenas. Para Calatrava e Ruiz (1993), o desenvolvimento local ocorre por meio da organização dos próprios moradores de um local e na sua inter-relação e ou intra-relação com os demais locais, através do estabelecimento das conexões sociais e econômicas. Conscientes da situação em que se encontram, analisam as possibilidades de alcançarem objetivos de melhoria na qualidade de vida a partir das circunstâncias oferecidas pelo ambiente que os cerca. A estratégia é utilizar os recursos endógenos a fim de minimizar a dependência dos elementos externos, fazendo com que os próprios habitantes construam o tipo de vida que desejam segundo os seus valores e o seu esforço. Como nenhuma sociedade vive somente das relações internas ao seu local, as relações com meio

externo são previstas nas estratégias que, mesmo em nível micro, partem de uma visão global da situação.

Com a mudança de foco do crescimento para o desenvolvimento, redescobriu-se o meio rural, num movimento contrário à massificação urbana, artificialidade das relações sociais e degradação ambiental. Passou-se a valorizar as relações próximas, a autenticidade cultural, a saúde dos habitantes, a ecologia e a preservação dos espaços naturais. Identificou-se pelo método da observação e de forma empírica que nas rotas turísticas do Vale dos Vinhedos e dos Caminhos de Pedra, existem algumas características em comuns como: a) colonização italiana; b) cultivo de parreirais; c) um vasto cenário de paisagem natural; e d) a atividade turística como uma alternativa econômica para melhorar as condições de bem estar.

Material e Métodos

Duas áreas foram objetos de estudo deste trabalho: a Rota turística do Vale do dos Vinhedos e a Rota Turística dos Caminhos de Pedra. Ambas estão localizadas no território do município de Bento Gonçalves (Rio Grande do Sul, Brasil). Para a análise dos dados coletados e para o estudo da mensuração do capital social nas rotas turísticas do Vale dos Vinhedos e Caminhos de Pedra utilizou-se a análise sistêmica, que é uma proposta de compreensão da realidade objetiva. A abordagem sistêmica parte do pressuposto que os elementos do objeto de estudo são inter-relacionados, assim como no estruturalismo, e que estes elementos estão sempre em equilíbrio, devido ao dinamismo do sistema. Morin (1984) acredita que um estado de inter-relação e interdependência é essencial em todos os fenômenos, desta forma, a análise sistêmica pode ser considerada como um novo paradigma.

Para coleta dos dados foi aplicado um roteiro de entrevista, baseado no QI-MCS (Questionário Integrado para Medir Capital Social) (Grootaert et al., 2003). O referido instrumento permite medir a intensidade do capital social de uma determinada localidade ou região a partir de um conjunto de dimensões e indicadores. Ele é composto por uma série de questões que são aceitas como essenciais para gerar dados quantitativos sobre as várias dimensões do capital social.

O QI-MCS foi desenvolvido a partir de métodos de pesquisa social em geral e ferramentas de pesquisa do tipo *survey* em particular, assim como a familiaridade com os temas e debates centrais da literatura em foco, sendo utilizado em sua maioria por: Capital Social

Cognitivo (Apoio e Solidariedade; Confiança; (Nível de Prosperidade; (Nível) de Aceitação; Nível de Conflito e Engajamento)

A avaliação dos dados foi quali-quantitativa, considerada uma forma de investigação adequada para entender a natureza do fenômeno, em questão. Usou-se a lógica da análise fenomenológica, isto é, da compreensão dos fenômenos pela sua descrição e interpretação. Para a análise dos dados foi utilizado o software SPSS 16.

Pode-se afirmar que o capital social não é uma entidade única, mas antes, de natureza multidimensional. Isto posto, o capital social é, freqüentemente, definido em termos dos grupos, redes, normas e confiança de que as pessoas dispõem para fins produtivos. A ferramenta de survey, neste estudo, foi usada para apreender essa multidimensionalidade, explorando (a) os tipos de grupos e redes com os quais as pessoas podem contar e a natureza e extensão de suas contribuições para com outros membros desses grupos e redes. O survey também explorou (b) as percepções subjetivas dos entrevistados acerca da confiabilidade das outras pessoas e das instituições cruciais que modelam suas vidas, assim como as normas de cooperação e reciprocidade que envolve as tentativas de se trabalhar juntos para resolver problemas.

Embora o capital social tenha sido conceitualizado nos níveis micro, médio e macro, as ferramentas necessárias para medir capital social no nível dos domicílios ou indivíduos são muito diferentes daquelas necessárias para medir capital social ao nível do país. O QI-MCS concentra-se na medida ao nível micro, isto é, ao nível dos domicílios e indivíduos.

Resultados

Rota turística Vale dos Vinhedos

A região denominada Vale dos Vinhedos, no Estado do Rio Grande do Sul, na Serra Gaúcha tem sido palco de significativas transformações sociais, econômicas e ambientais nas últimas décadas.

O Distrito Vale dos Vinhedos foi criado em 17 de agosto de 1990, pertencendo ao município de Bento Gonçalves, e as linhas que o compõem são Leopoldina, Graciema e Zemith. As linhas são divididas em comunidades, nomeadas de acordo com a capela local ou conforme a numeração das terras entregue aos imigrantes. A formação atual das comunidades é a seguinte: Linha Leopoldina: Capela Nossa Senhora das Neves, Capela das Almas, Capela da Glória e Santa Lúcia; Linha Graciema:

08 da Graciema, 15 da Graciema, 40 da Graciema e Gruta Nossa Senhora de Lourdes do Ceará; Linha Zemith: Capela Santíssima Trindade.

O Vale dos Vinhedos caracteriza-se por altitudes médias entre 450 e 650 metros, por uma viticultura localizada geralmente no meio da encosta dos vales da Serra Gaúcha. A região possui clima do tipo temperado, com invernos rigorosos e períodos de sol durante o verão, tal como o encontrado em grande parte da viticultura européia, conferindo à uva e ao vinho uma tipicidade regional. Os vinhedos não são irrigados e a videira desenvolve-se por regime de chuvas.

Trata-se de um espaço rural onde são ainda preservados valores e identidades determinantes das comunidades locais, a partir de uma formação cultural induzida basicamente pela imigração italiana. Nesse contexto de desenvolvimento, pode-se perceber na região que a agricultura passou a cumprir um papel multifuncional, passando não só a ofertar produtos agrícolas para o consumo, mas incorporando outros papéis relativos à integração de atividades econômicas, preservação de atividades culturais e da paisagem rural.

Nessa região estão localizadas algumas das principais vinícolas do País, tanto empresas como cooperativas, e também pequenas e médias vinícolas, agroindústrias, agricultores familiares (na maioria são viticultores), e uma crescente organização turística em torno da produção do vinho e da paisagem rural. Em 1995 seis vinícolas se associaram, criando a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos – APROVALE³. Atualmente, Associação agrega 23 empresas e uma série de outros associados contribuintes, mais de vinte outros associados, como restaurantes, hotéis e pousadas. Um dos objetivos traçados quando foi criada a entidade está em vias de ser concretizado: a indicação de procedência. A idéia central foi obter o DOC (Documento de Origem Controlada) para a área abrangida pelo Vale dos Vinhedos, cujo clima e solo são favoráveis e influenciam decisivamente na qualidade do vinho.

O Vale dos Vinhedos é um roteiro demarcado com propósitos turísticos o que facilita a locomoção. Já há uma estrutura de promoção da imagem do vinho associada à paisagem rural (agrícola e ecológica) e à gastronomia, numa busca de fortalecer tanto o setor turístico diretamente, como a própria vitivinicultura, que depende parcialmente do mesmo, em suas estratégias promocionais.

O passeio aos parreirais do Vale dos Vinhedos foi organizado e disponibilizado aos turistas. Em seguida foi

³ <http://www.serrars.hpg.ig.com.br/vale.htm>.

implantada a Ferrovia do Vinho, passeio de Maria Fumaça (trem a vapor) que partia da estação de Bento Gonçalves até Jaboticaba e que passou a atrair um grande número de turistas. Trata-se da construção de um território com uma identidade definida a partir dos elementos socioculturais e da atividade econômica predominante. “A construção do território e do seu processo de desenvolvimento foi liderada por empresas e cooperativas locais, apoiadas pelo poder público, através da Embrapa” (Flores, 2005). E ainda, muitas dessas transformações ganharam aceleração, com o registro da denominação Vale dos Vinhedos como Indicação de Procedência, a primeira constituída no Brasil (Flores, 2005).

Para avaliar a potencialidade de capital social encontrado na Rota vitivinícola do Vale dos Vinhedos realizou entrevista com 30 residentes, identificou-se que o Vale dos Vinhedos possui uma boa perspectiva para a formação de redes e desenvolvimento de atividades em grupos de cooperação, sendo também confirmado pelo elevado grau de confiabilidade e solidariedade que chega a representar 29,54% do total dos entrevistados. Quanto ao item de ação coletiva e cooperação ainda necessita de fatores impulsionadores ficando com 20,68%, sendo que também o acesso à informação e a comunicação ficaram abaixo 14,77%, também o fator autoridade e ação política em 16,24%, o fator coesão e inclusão social tem-se um percentual de 29,54% (Fig. 1).



Figura 1. Elementos de capital social encontrado na Rota Vitivinícola do Vale dos Vinhedos, Rio Grande do Sul, Brasil, 2007.

Os dados analisados na comunidade da Rota do Vale dos Vinhedos mostram a parcela de participação da comunidade local na capacidade para desenvolver e agregar capital social, sendo que ainda se torna válido quando atingiu o somatório das variáveis, aqui utilizadas para medir o capital social local conforme sugere Fukuyama (1995). Percebe-se que nenhum dos fatores que mede a incidência de capital social se destaca de forma isolada, mas sim o conjunto garante o resultado de 100% no seu total para a existência de capital social conforme o coeficiente de medição de capital social de acordo com o modelo apresentado por Fukuyama (1995). Mas, o comportamento dos atores locais que é responsável pela capacidade de manter a sustentabilidade das atitudes e valores diante do desenvolvimento econômico das Rotas.

Rota turística Caminhos de Pedra

São Pedro é um distrito do município de Bento Gonçalves do Estado do Rio Grande do Sul-Brasil, localizado à cerca de 10 km da cidade. A Região é privilegiada por uma riqueza arquitetônica de imigração italiana que está inserida na sua rota, apresentando-se de forma consecutiva o casario de pedras e tornando-se o ponto alto do atrativo local. A sua proximidade com a cidade de Bento Gonçalves (RS), e também possuidora de água corrente que favoreceu a produção de artefatos.

O distrito de São Pedro era o local por onde passava a estrada para Caxias do Sul, um dos pólos regionais do Estado do Rio Grande do Sul, mas, devido, ao asfaltamento da via São Vedelino (RS 453) entre as duas cidades. Devido à nova estrada os motoristas passam a não trafegarem, mais pela estrada de acesso aos Caminhos de Pedra e por se tratar ainda de uma via sem infraestrutura e precária. Em virtude disso, ocorre uma diminuição na circulação de pessoas, trazendo aos moradores desta rota dificuldades financeiras e o acesso a confortos, por assim, passam a ser obrigados a se contentarem com as suas velhas casas de pedra construídas pelos imigrantes.

Diante dessas mudanças surgiu em 1987 à idéia de implantar o turismo rural na Rota dos Caminhos de Pedra. A iniciativa foi do arquiteto Júlio Pozenato e do Hotel Dall’Onder, sendo, portanto, iniciativas do setor privado. O primeiro passo foi realizar um estudo do local mais adequado para o projeto através de entrevistas e levantamento fotográfico das possibilidades atrativas. Para surpresa desses agricultores, as moradias que antes eram vergonhosos símbolos de pobreza e atraso tornou-

se o grande atrativo da nova fonte de renda da região: o turismo rural.

Assim, surgiu os Caminhos de Pedra. São 7 km de estrada, que passam por 28 casas de madeira e pedra. Muitas delas foram restauradas, e se transformaram no que eram quando foram construídas no final do século XIX e início do século XX. A Casa de Pedra da família Bertarello e a Cantina Strapazzon, erguidas respectivamente por volta de 1877 e 1880, são exemplos típicos. Posteriormente, foi lançado o roteiro Caminhos de Pedra, ⁴ turismo rural-cultural⁵, que despertou novas possibilidades de aproveitamento do patrimônio histórico-arquitetônico, valorizando a cultura regional expressa pela culinária, pelo linguajar (o dialeto vêneto, conhecido como *talian*), ⁶ estilo de vida, pelos usos e costumes, típicos desta região formada, principalmente, por imigrantes italianos e seus descendentes.

Inicialmente, os produtores mostraram-se descrentes. Os poucos que acreditavam na viabilidade da estratégia pediam apoio para destruir suas antigas casas de pedra e construir novas instalações. Entretanto, contatos sucessivos mobilizaram os primeiros produtores a preservarem as características locais e iniciarem a atividade, servindo de exemplo para os vizinhos. A partir desse momento o hotel Dall'Onder, juntamente com a Associação de Turismo da Serra Nordeste- ATUASERRA passaram a funcionar como âncoras do plano, financiando e apoiando, já que o poder público não se envolveu com o assunto na etapa inicial. A produção dos agricultores, desde pães, vinhos, até flores, foi absorvida pelo hotel, de modo a viabilizar principalmente a primeira etapa de cada negócio.

A proposta era criar estabelecimentos diferenciados para que cada família desenvolvesse a atividade mais conveniente para si. Assim, surgiram à Casa das Flores, Casa das Lãs, Casa do Leite, etc. Lá o turista é recebido pelos proprietários que mostram o processo de produção, contam a história da propriedade e, no final, podem vender seus produtos. Todos são orientados para disseminar os lucros, comprando produtos dos vizinhos pelo preço justo e sem tentar explorá-los.

A criação da Associação Caminhos de Pedra representou a busca pela autonomia dos agricultores,

que agora precisam adequar-se ao espírito de cooperação exigido pela entidade. São os agricultores já com resultados positivos os responsáveis pela viabilização dos novos empreendimentos. As decisões passaram a ser tomadas por um grupo com interesses diversos e não mais apenas por duas pessoas.

Hoje, os Caminhos de Pedra inclui mais de vinte famílias. Existe a possibilidade de se incorporar uma centena de estabelecimentos ligados ao turismo. Sua principal clientela vem de Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que os italianos começam a interessar-se pela região como forma de preservar a memória, tão modificada na própria Itália.

Caminhos de Pedra, da Linha Palmeiro, com duzentos lotes rurais, vêm se consolidando como importante pólo de atração turística cultural. Caminhos, aliás, abençoados por Capelas como Santo Antoninho, São Miguel, São Pedro, Santo Antônio, Santuário de Caravaggio, São Marcos e uma dezena de capitéis. São comunidades de fé que preservam os valores herdados dos imigrantes italianos.

Além de melhorar a situação econômica, que antes era de pobreza absoluta na maioria dos casos, outras conseqüências observadas são que os filhos já não precisam ir para a cidade para garantir seu futuro. O trabalho feminino passou a ser valorizado e a comunidade recuperou a auto-estima e o apego às heranças culturais. Por outro lado, turistas com outros hábitos e valores acabam influenciando o jeito de viver dessas pessoas. Ao mesmo tempo, o envolvimento com as atividades turísticas e agrícolas diminuiu o tempo de contato familiar e com os amigos. Portanto, a participação nas manifestações culturais e contatos sociais podem estar sendo afetados.

Enfim, empresas familiares que estabelecem alianças, parcerias, que buscam valorizar a sua cultura e sua raça, começam a dar novo alento sócio-econômico ao distrito de São Pedro. No resgate de seus valores históricos e culturais, reorganizou-se a tradicional banda musical. São Pedro resgatou a cultura local, a exemplo da 1ª *Será Taliana di San Piero*, grupo de Danças Italianas.

Diante deste cenário, pode-se dizer que a Rota dos Caminhos de Pedra desenvolve e promove o desenvolvimento local através do capital social, que está intrínseco nos atores locais. Não se sabe ainda se é por uma necessidade de sobrevivência ou independência.

Para medir o capital social dos Caminhos de Pedra realizou-se entrevista com 30 residentes na comunidade. Os resultados significativos ficaram com de ação coletiva

4 Situado no distrito de São Pedro.

5 Localizado em área rural, com foco para a observação e o acompanhamento das atividades realizadas pelos antepassados, principalmente às ligadas à transformação do produto (ferraria, vinícola, panificação, tecelagem) e aos usos e costumes dos descendentes de imigrantes italianos. O roteiro tem, ainda, forte apelo de comercialização.

6 Para uma maior compreensão ver Luzzato (1993).

e cooperação 32,78%, sendo 22,33% para confiança e solidariedade, 16,74% para autoridade e ação política, para o acesso a informação e a comunicação entre os membros da comunidade representa 18,14%, os menos significativos para a formação de redes e grupos com 10,01% (Fig. 2).



Figura 2 - Elementos de capital social encontrado na Rota Turística Caminhos de Pedra, Rio Grande do Sul, Brasil, 2007.

Os resultados obtidos junto às famílias, residentes nos Caminhos de Pedra apresentou a forma de como ocorre à dinâmica de convivência diária entre os seus *comunes*, como se administra e se sustenta a capacidade empreendedora na geração de renda. Ao mesmo tempo, preservaram-se as raízes do patrimônio histórico dos seus ancestrais que deram origem ao seu principal atrativo hoje, que são as residências de pedra.

Diante deste cenário, ainda com traços fortemente rurais da comunidade, pode-se interpretar melhor os resultados da pesquisa, quando apresenta um indicador significativo quanto: a) ação coletiva e cooperação e b) confiabilidade e solidariedade. Um valor, no entanto, muito incipiente para a formação de redes e grupos. Acredita que este comportamento deve-se ao fato que Rota dos Caminhos de Pedra ainda depende muito da dinâmica de atuação dos agentes promotores do turismo como: a ATUASERRA e o Hotel DALL'ONDER e Associação dos Moradores dos Caminhos de Pedra, e também devido a pouca capacidade dos residentes locais

conseguirem buscar informações e de comunicar-se com o macro-ambiente de forma mais proativa.

O capital social externo é concernente às conexões de uma pessoa ou da comunidade com pessoas ou grupos fora do próprio grupo e que têm outra (melhor) dotação de ativos (Putman, 2000). É considerado como um poderoso mecanismo para contribuir para o sucesso dos programas de superação da pobreza que, além disso, ajuda a coesão social, um elemento crítico para a estabilidade social e o bem estar econômico em longo prazo.

Discussão

O capital social é dimensionado através da cultura de uma região, capaz de possibilitar integração do local com global. Com base na exposição dos dados de cada localidade acerca do capital social, constatou-se a influência e contribuição deste nos processos de desenvolvimento local. Este fato é evidenciado quando se identifica as práticas de cooperação, confiança e civismo adotados pela sociedade civil, assim como destes para com as instituições. Neste sentido, quanto maior a intensidade do capital social, maior tende-se a possibilidade de existirem políticas e ações voltadas para a geração de desenvolvimento local. O QI-MCS mostrou-se uma ferramenta capaz de facilitar a identificação de tais influências e se apresentou compatível com os propósitos desta pesquisa, na qual se buscou identificar as influências do capital social nas políticas e ações direcionadas para a promoção do desenvolvimento local sustentável.

Uma das maneiras pela qual o capital social pode contribuir para o bem estar domiciliar é tornar os empreendimentos domésticos mais rentáveis. Para os agricultores, maior rentabilidade, se dá através do acesso à informação e à comunicação. Com elas, é possível buscar proporcionando uma melhora na tecnologia e na divulgação dos produtos e serviços produzidos pela comunidade.

O estudo efetuado na Rota do Vale dos Vinhedos e Caminhos de Pedra observou-se que algumas das variáveis responsáveis por estabelecer o capital social ainda são modestas na sua prática pela população local. Os fatores “Confiabilidade e Solidariedade” e “Ação Coletiva e Cooperação”, no entanto, apresentaram maior incidência nas duas comunidades. Servem como fatores chaves para desenvolver a habilidade em acentuar o exercício dos demais fatores. Impulsionam e fortalecem o capital social local, e possibilitam, assim, um maior envolvimento da comunidade nas decisões do desenvolvimento local e a garantia da sustentabilidade do modo de vida das regiões. (Fig. 3).

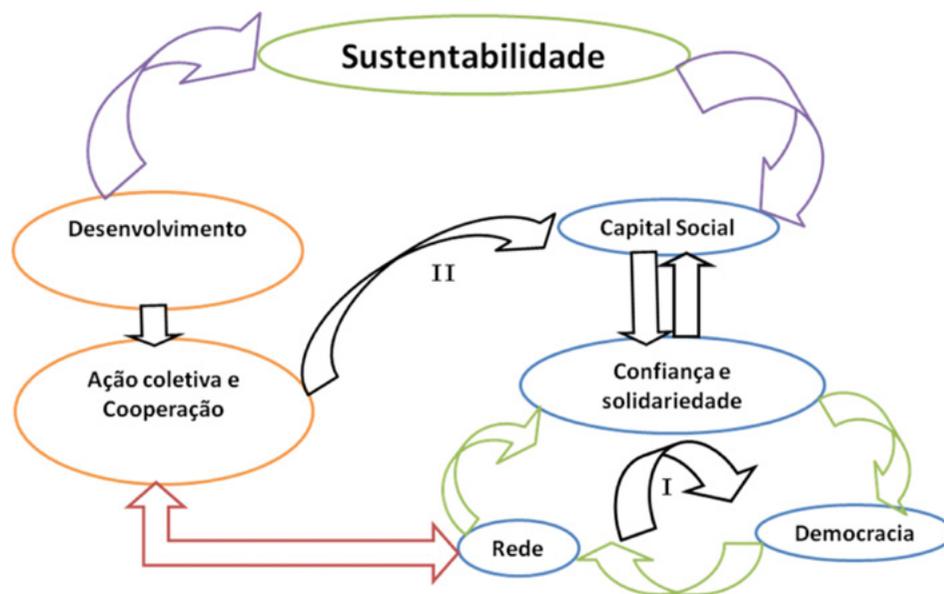


Figura 3. Cadeia do comportamento do capital social Rota Turística Caminhos de Pedra e Rota Turística do Vale dos Vinhedos, Rio Grande do Sul, Brasil, 2007.

A Fig. 3 ilustra o comportamento do capital social das duas regiões estudadas. É baseada no somatório de recursos inscritos nos modos de organização da vida social de uma população, tendo como itens de ligação: a) o círculo virtuoso (I) que liga confiança e solidariedade promovendo a democracia e resultando na formação de rede e b) a ação coletiva e a cooperação que impulsiona o desenvolvimento regional. Esta segunda ligação gera um círculo virtuoso maior que mostra como: (II) a ação coletiva e a cooperação acabam impactando, também, na criação do capital social. Estes dois círculos virtuosos acabam se tocando e auto-reforçando mutuamente justamente ao criarem e reforçarem o capital social das regiões estudadas. O encontro dos quatro eixos resulta na sustentabilidade do capital social.

APROVALE, ATUASERRA e Associação dos Moradores dos Caminhos de Pedra efetuam o trabalho de interlocutores da comunidade local e estabelecem redes sociais que podem aumentar a produtividade ao reduzir, por exemplo: os custos relacionados com o estabelecimento de empresas ou com a definição de acordos entre particulares. Sair da própria classe ou divisão social implica poder ter acesso a informação e recursos materiais fundamentais para a comunidade ou grupo de origem. O quadro a seguir mostra os dados qualitativos da pesquisa realizada nas Rotas e como a população local estabelece as conexões entre as variáveis determinantes de capital social (Tabela 1).

Tabela 1. Análise qualitativa das variáveis envolvidas para medir o capital social.

Variáveis	Rota do Vale dos Vinhedos	Rota Caminhos de Pedra
Confiabilidade e Solidariedade	Ainda é uma comunidade familiar e ligada por laços parentescos, favorecendo a confiabilidade e solidariedade local.	Ainda é uma comunidade familiar e ligada por laços parentescos, favorecendo a confiabilidade e solidariedade local.
Ação Coletiva e Cooperação	Ações através da APROVALE- Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos	Ações através da ATUASERRA, HOTEL DALL'ONDER E Associação dos Moradores dos Caminhos de Pedra.
Ação Política	Participação nos Conselhos regionais de desenvolvimento do Rio Grande do Sul- Coredes- e orçamento participativo. Mobilização da comunidade em reivindicações populares.	Participação no Corede e orçamento participativo. Mobilização da comunidade em reivindicações populares.
Acesso à informação e comunicação	A comunidade local tem acesso aos meios de comunicação e ainda preservam o hábito das reuniões comunitárias na associação.	A comunidade local tem acesso aos meios de comunicação e ainda preservam o hábito das reuniões comunitárias na associação.
Formação de redes e grupos	Apresentam-se através da formação de alianças locais e externas, fatores sociais e econômicos	Apresentam-se através da formação de alianças locais e externas, fatores sociais e econômicos

Fonte: elaborado pelos autores

Na perspectiva do capital social pertencer à coletividade ou a uma comunidade, acaba-se por compartilhar um “futuro desejado” (Marques et al., 2009). Pertencer à rede significa ampliar permanentemente o seu capital social e, paralelamente, ampliar as oportunidades, que, em última análise, podem levar ao desenvolvimento não só individual como da própria rede (coletividade ou comunidade).

Nesse sentido, a noção de capital social indica que os recursos são compartilhados no nível de um grupo e sociedade, além dos níveis do indivíduo e da família. Isso, não implica que todos aqueles que estiverem compartilhando determinado recurso de capital social, se relacionem enquanto amigos. Significa, no entanto, que o capital social existe e cresce a partir de relações de confiança e cooperação e não de relações baseadas no antagonismo. Capital social é capital porque, para utilizar a linguagem dos economistas, ele se acumula. Ele pode produzir benefícios, ele tem estoques e uma série de valores. O capital social refere-se aos recursos os quais são acumulados e podem ser utilizados e ou mantidos para uso futuro. Não se trata, porém, de um bem ou serviço de troca. Pode e deve ser um elemento estratégico fundamental para avaliar a sustentabilidade de projetos e políticas.

Considerações Finais

Neste trabalho, considerou-se o capital social como um elemento que pode gerar o desenvolvimento econômico local mediante o processo dinâmico da sociedade, que está constantemente em mudança. O desenvolvimento apresentado pelas comunidades realmente é originário de uma soma de diversos fatores convergentes, características diferenciadas e possibilitou que os grupos de pessoas das regiões estudadas, desenvolvessem de forma distinta, mesmo que em condições inicialmente de grande dificuldade.

Mesmo alguns aspectos da vida comunitária, que aparentemente não tenham relevância econômica direta, como a participação ativa em associações de diversos tipos e entidades com objetivos culturais e esportivos, são relevantes para explicar o desenvolvimento, na medida em que ajudam a aproximar os membros da comunidade, fortalecendo os laços existentes. Eles tornam os membros culturalmente mais próximos e propensos a colaborar para enfrentar problemas comuns. Estando mais próximos, a comunicação é facilitada, a troca de informações e experiências, possibilita a

composição de estruturas cívicas voluntárias favoráveis ao próprio desenvolvimento. Segundo Putnam (1996), na comunidade cívica, a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos, o que leva a comunidade a se manter unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência. Isto está bastante caracterizado nas comunidades em estudo, pois as pessoas interagem como iguais na busca de seus objetivos, com compreensão conjunta do processo em todas as suas dimensões fundamentais: econômica, social, política e ambiental.

Cabe destacar, ainda, que a grande capacidade de aprendizagem dos atores locais, a manutenção de uma vida regrada, primando pela manutenção das tradições e dos costumes, criaram um ambiente propício para que os projetos de desenvolvimento conseguissem, na sua grande maioria, atingir os objetivos traçados pelas políticas locais. Houve também, a aprovação do ambiente externo, constituído por financiadores e apoiadores da comunidade de imigrantes. A confiança e a credibilidade econômica atingida já no início da colonização geraram um diferencial competitivo, que foi, e continua sendo muito bem aproveitado. A dedicação ao trabalho, a integração cultural, política e religiosa são fundamentais para esse desenvolvimento. Esta afirmação apóia-se no último projeto de expansão territorial através da Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves (RS), quando, por meio das lideranças do distrito de São Pedro, foi obtido mais um financiamento para aquisição de terras e assentamento de filhos dos colonos locais. Identificou-se também uma cultura receptiva, uma grande capacidade de organização social e um grande capital humano que aceita e busca tecnologias e inovações. Com isto, o capital social contribuiu para aumentar a eficiência da sociedade das comunidades.

A atividade turística no meio rural vem sendo bastante estudada, não apenas como alternativa econômica para propriedades rurais, mas também como geradora de empregos e dinamizadora de economias locais. A atividade turística não somente representa um complemento de renda, mas em muitos casos torna-se a atividade principal e onde os membros da família disponibilizam a maior parte de seu tempo de trabalho.

O Vale dos Vinhedos assumiu uma proposta de desenvolvimento baseado na inter-relação de algumas atividades econômicas em torno do processo de produção da vitivinicultura, e na valorização sociocultural da identidade construída na relação com esse empreendimento econômico. Ao lado do Vale dos

Vinhedos, o roteiro turístico dos Caminhos de Pedra reforça essa oferta de produtos específicos locais, pois algumas residências abrem suas portas para o turista e permitem que ele presencie e vivencie um pouco de sua cultura.

A qualidade dos resultados que uma sociedade obtém como produto de seu esforço é resultante da existência de certas atitudes, que favorecem a cooperação, o intercâmbio de idéias, o surgimento de uma sinergia no ambiente.

Cooperação e solidariedade contribuíram e contribuem para o sucesso do modelo de desenvolvimento nestas localidades, e isto facilita as relações e viabiliza a realização de novos empreendimentos. Entretanto foi possível perceber, nas entrevistas, que as opiniões em relação a estes fatores foram mudando com o passar do tempo, em consequência das mudanças sociais e familiares.

Atualmente, a situação está sensivelmente modificada, em função da independência econômica das famílias, e do crescimento da renda. Os atos de solidariedade e a cooperação passaram a ocorrer muitas vezes em momentos de maior dificuldade financeira ou em momentos de dificuldade de reunir recursos para promover o bem estar. Em outros momentos, as condições são normais e estáveis, a competição entre os membros da comunidade se acentua.

Constata-se, neste modelo, que a lei de mercado, a competição, o desejo de acúmulo de riqueza, também ainda está fortemente presente nos moradores das duas comunidades estudadas. Evidenciou-se, em ambos os roteiros turísticos, que as famílias que atingem uma estabilidade financeira e econômica, têm mais dificuldades em manter as atitudes de solidariedade e união para com os demais.

Referências

- AMARAL FILHO, J. 1996. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: Planejamento e políticas públicas. Planejamento e Políticas Públicas 14: 35-70.
- BECKER, G. 1983. El capital humano. Madrid: Alianza Editorial.
- BOURDIEU, P. 1980. Le capital social: notes provisoires. Actes de la recherche en sciences sociales 31: 2-3.
- CALATRAVA, R.J. & RUIZ, A.P. 1993. El turismo, ¿una oportunidad para las zonas rurales desfavorecidas? Leader Magazine 4: 6-9.
- CAMPANHOLA, C. & SILVA, J.G. 1999. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. Pp. 9-42 In: Anais do Congresso Brasileiro de Turismo Rural: Turismo no espaço rural brasileiro. Piracicaba: FEALQ.
- DALL'ACQUA, C.T.B. 2003. Competitividade e participação: cadeias produtivas e a definição dos espaços geoeconômico, global e local. São Paulo: Annablume.
- DIAS, R. 2003. Turismo Sustentável e Meio Ambiente. São Paulo: Atlas.
- MORIN, E. 1984. Ciência com consciência. Lisboa: Europa-América.
- EMBRATUR. Pólos de turismo rural. Disponível: www.embratur.gov.br. Acesso em 20 de outubro de 2008.
- FLORES, M. 2005. O desenvolvimento territorial do Vale dos Vinhedos/RS: em busca de elementos para a sustentabilidade. Projeto de Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.
- FOUNTAIN, J.E. & ATKINSON, R.D. 1998. Innovation, social capital, and the new economy. Washington: Progressive Policy Institute.
- FUKUYAMA, F. 1995. Trust: the social virtues and the creation of prosperity. New York: The Free Press.
- GROOTAERT C.; NARAYAN, D.; JONES, V. N. & WOOLCOCK, M. 2003. Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS). Grupo Temático sobre Capital Social. Washington, D.C.; World Bank.
- GUIMARÃES, R.P. 1994. El desarrollo sustentable: propuesta alternativa o retorica neoliberal. Revista Eure, 20(61): 41-56.
- HANIFAN, J. L. 1916. The Rural School Community. Annals of the American Academy of Political and Social Science 67: 130-138.
- LEE, W-Y. 2005. O papel da política científica e tecnológica no desenvolvimento industrial da Coréia do Sul. In: Tecnologia, Aprendizado e Inovação – Experiências das Economias de Industrialização Recentes. KIM, L. & NELSON, R.R. (Orgs). Campinas: Unicamp.

- LUZZATTO, D.L. 1993. *El Nostro Parlar*. 9ª ed. Erechim, RS: Ed. Sagra Luzzatto.
- MACKE, J. 2006. *Programas de Responsabilidade Social Corporativa e Capital Social: contribuição para o desenvolvimento local?* Tese de Doutorado. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 307p.
- MACKE, J. & CARRION, R.M. 2006. Planejamento, Implementação e Avaliação de Programas Sociais: Uma Proposta de Inovação. *REAd. Revista Eletrônica de Administração*, v. 12 [on line] Disponível: <http://read.ea.ufrgs.br>. Acesso em 15 dezembro 2008.
- MANDELBAUM, J. & HABER, D. 2005. *China. La trampa de la globalización*. Madrid: Urano.
- MARQUES, C.B.; SIEDENBERG, D.R. & SANTOS, C.H.S. 2009. *O Processo de Urbanização e as Nuances do Desenvolvimento Local – São José do Norte, RS – Brasil*. Cabo Verde: 1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde, 15º Congresso da APDR. 2º Congresso Lusófono de Ciência Regional, 3º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza. *Redes e Desenvolvimento Regional*.
- MEDA, D. 2002. *Le capital social: un point de vue critique*. *L'Economie Politique* 14: 36-45.
- MONASTÉRIO, L.M. 2000. *Capital social e crescimento econômico: mecanismos*. *Revista Econômica do Nordeste* 31, nº especial: 866-880.
- NIJKAMP, P.; SCHAFFERS H, & SPRONK J. 1990. *Regional sustainable development and natural resource use*. In: *Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics*. Washington: World Bank.
- PUTNAM, R.D. 2000. *Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, (original: *Making democracy work. Civic traditions in modern Italy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993).
- ROBINSON, D. (org.). 2002. *Building Social Capital*. Wellington: Institute of Policy Studies, Victoria University of Wellington.
- RUSCHMANN, D. van de M. 2001. *O turismo rural e o desenvolvimento sustentável*, In: ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M. & FROEHLICH, J.M. (orgs). *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Campinas: Ed. Papirus, p.199.
- SANCHO, A.P.S. & TADINI JR, A.B.C. 2004. *Gestão participativa e desenvolvimento local: um estudo de caso na cidade de Maria da Fé MG*. In: *Encontro Nacional de Turismo de Base Local*, Curitiba. Anais Curitiba CD-Room: Universidade Federal do Paraná.
- SILVA, J.G.; VILARINHO, C. & DALE, P.J. 2001. *Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil*. In: ALMEIDA, J.A.; RIEDL, M. & FROEHLICH, J.M. (orgs). *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Papirus, p.11-47.

